



Work
Paper
Outubro 2020

FUNDOS INTERNACIONAIS CHINESES DE COOPERAÇÃO

Resumo

Desde a adoção de sua estratégia Going Out em 1999, o governo chinês tem fornecido forte apoio para investimentos externos, tornando as empresas chinesas grandes atores internacionais. O governo facilita isso por meio de financiamento, garantias e incentivos fiscais.

O lançamento de Fundos Internacionais de Cooperação para alavancar a capacidade produtiva junto com iniciativas como a One Belt One Road (BRI), tem beneficiado diretamente as operações e a expansão das empresas, bem como a exportação de excedente de capital e capacidade industrial para regiões com melhores vantagens comparativas.



Introdução

O processo de abertura econômica (*Opening Up*) da China desde 1978, teve duas frentes: ao mesmo tempo em que buscava atrair mais investimentos externos e absorver tecnologia de ponta de outros países, empresas estatais passaram por um processo de rápida entrada em mercados internacionais em setores geopoliticamente estratégicos e sensíveis para segurança alimentar e energética. Foi em 1999 com o lançamento da política *Going Global* para empresas que o objetivo geopolítico e econômico se fundem e refletem as ambições da China por liderança e cooperação globais.

Going Global forneceu uma estrutura para orientar às empresas a encontrar recursos e mercados offshore, tornando a expansão externa das empresas uma iniciativa estratégica para o futuro desenvolvimento econômico do país. Na década seguinte, as empresas chinesas deram grandes avanços na realização de investimentos externos, adquirindo cadeias de valor inteiras e participações majoritárias no exterior. Com o aumento das reservas em moeda estrangeira, a tendência foi de O investimento direto externo (IDE) da China começou a ter impacto mundo afora¹. Para os atores domésticos, isso significava exportar práticas que funcionavam no mundo dos negócios internos da China, mas que em muitas ocasiões não conduzia com uma prática internacional.

Em 2010, os riscos da política foram evidenciados por um número crescente de perdas e por atritos políticos. Os projetos foram afetados por questões econômicas e de governança. A corrupção, a postura autoritária e a falta de critérios socioambientais ou culturais frequentemente estimulavam à sociedade civil e as empresas locais a estar contra o investimento chinês.

Com o lançamento da campanha anticorrupção em 2012, a estratégia *Going Global* entrou em crise e foi reestruturada. O resultado foi uma série de novas medidas que buscaram reduzir os riscos e enfrentar os danos políticos e garantir que as empresas investissem no exterior com mais sabedoria, com maior preocupação com as sensibilidades locais e com a preservação da imagem da China.

Agora os projetos se apresentam na linguagem de ‘cooperação win-win e cooperação ‘sul-sul’, estabelecendo plataformas conjuntas, bilaterais e multilaterais para investimento, reduzindo a propriedade chinesa no exterior, tomando participações minoritárias e evitando a aquisição de toda a cadeia de valor.

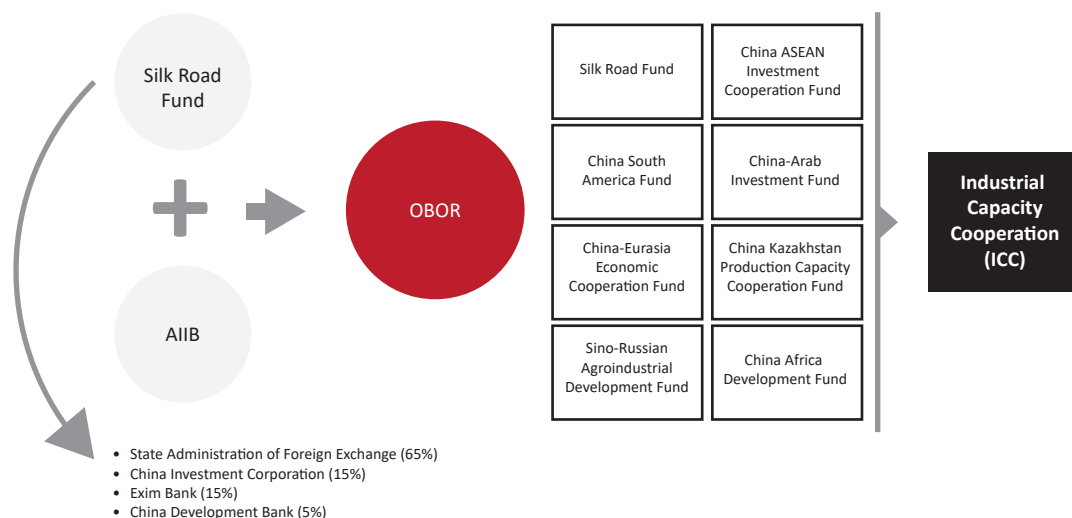
O revigoramento da política *Going Global* refletiu o desejo de Xi Jinping de liderança global e ofereceu um canal para impulsionar a reestruturação econômica doméstica, estimulando a demanda externa, fortalecendo as empresas na sua busca de novos mercados.

Este modelo, apesar de ser chamado de “novo”, é um resultado direto das transformações socioeconômicas e culturais iniciadas na época de Deng, é a continuação de um processo que se iniciou há mais de quatro décadas e aprofundado por um novo modelo de desenvolvimento econômico chinês.

Arquitetura Financeira que sustenta a Abertura Econômica

A política de abertura econômica chinesa foi se aprimorando desde a era Deng. No entanto, é com Xi Jinping e com o anúncio de dois grandes iniciativas que este modelo adquire desenvoltura e maturidade: a **Belt and Road Initiative - Iniciativa Cinturão e Rota (BRI, em inglês)** em 2013, e a **International Production Capacity Cooperation (ICC)** em 2014.

Ambas as iniciativas são centrais no 13º Plano Quinquenal (2016-2020), o primeiro da era Xi Jinping, e fazem parte do processo de abertura econômica (“Opening Up Policy”) e alicerce da exportação do excedente de capacidade industrial.

Figura 1 - Diagrama de funcionamento da Opening Up Policy

Conforme representado no diagrama disponibilizado acima, a ICC e a BRI são duas iniciativas distintas. A ICC diz mais respeito à arquitetura financeira por trás da exportação de capacidade industrial do que a expressão geopolítica expressada na BRI. As duas procuram exportar o excedente de capital e capacidade industrial do país para regiões com melhores vantagens comparativas e servem como superestruturas financeiras para acordos de cooperação bilaterais.

No 13º Plano Quinquenal (2016-2020), estipula-se que a China precisa se engajar em cooperações internacionais que auxiliem a capacidade produtiva chinesa com foco nas indústrias siderúrgicas, automotiva, energética, infraestrutura terrestre, espacial e marítima, dentre outras. Fica clara a estratégia chinesa de desenvolver complexos industriais junto a países que possuem determinadas vantagens comparativas – seja ela por recursos naturais, capital humano ou geopolítico. Nesse plano quinquenal, a China estabelece que se deve acelerar o estabelecimento de acordos bilaterais e multilaterais que também incluam a participação de governos subnacionais chineses (paradiplomacia), câmaras de comércio e instituições financeiras. Ainda no 13º Plano Quinquenal é dito claramente que o modelo de abertura econômica estava passando por uma “atualização”, um remodelamento que incluísse uma nova arquitetura financeira e legal. É dentro deste contexto que a ICC é mencionada.

International Capacity Cooperation (ICC)

A ICC tem como objetivo auxiliar a exportação da capacidade industrial e investimento em capital fixo concentrados na China. Isso precisa ser feito dado que o atual modelo econômico chinês prima por se alicerçar mais no mercado interno do que no externo. De modo a não cair da “*middle income trap*”, a China se utiliza de um mecanismo como ICC para diminuir os impactos dessa transição. A ICC foca em 12 setores principais², muitos dos quais também mencionados em outras seções do 13º Plano Quinquenal.

A ICC tem como objetivo construir parcerias entre empresas nacionais e estrangeiras; colocar a indústria chinesa nas cadeias de valor globais, aumentando a tecnologia e o investimento; promover ferrovias de alta velocidade, energia nuclear e grandes projetos de infraestrutura; e desenvolver indústrias e mercados em terceiros países para sustentar o crescimento da China. É essencialmente uma atualização da política *Go Global*, que viu as empresas chinesas domésticas fortalecidas para competir em mercados internacionais, bem como aquisições de empresas e instituições estrangeiras estratégicas.

A ICC foi projetada para levantar aglomerados industriais inteiros do continente chinês - onde eles eram responsáveis pelo excesso de capacidade e transplantá-los como IED para os sócios comerciais do mercado emergente da China - onde eles contariam como investimento *greenfield* e os produtos dessas fábricas, tornam-se novas exportações, de volta para os mercados de consumo da China e daí para outras economias. Era um sistema projetado para ser uma rede

2. Aço, metais não ferrosos, materiais de construção, ferrovias, eletricidade, produtos químicos, têxteis, automotivo, tecnologia da informação e comunicação, maquinário de engenharia e engenharia aeroespacial e marinha.

de bases industriais offshore que poderiam operar como ilhas de renminbi, fora dos muros da conta de capital fechada da China, mas ainda controlável pelas instituições financeiras e empresariais estatais do Partido.

A ICC foi a arquitetura econômica prática que sustentou a Belt and Road Initiative. A ICC era como o financiamento era organizado, como as empresas eram incentivadas a atuar no exterior, como as economias anfitriãs eram prometidas a transferências industriais especificadas em Memorandos de Entendimento de Cooperação e como o governo central chinês instruía seus governos estaduais e municipais sobre quais indústrias deveriam levar para o exterior e para quais países.

Até o momento a China tem assinado acordos de cooperação de capacidade industrial com numerosos países como Cazaquistão, Etiópia, Brasil, República Checa, interatua com organizações regionais como ASEAN, União Africana, União Europeia, Europa Central e Leste Europeu e América Latina para promover plataformas multilaterais de cooperação assim como assinou acordos de cooperação de mercado de terceiros³ com 14 países, como França, Japão, Itália, Grã Bretanha, Canada.

A ICC administra os principais fundos de investimento e financiamento da *Opening Up Policy* presentes na ASEAN, na África, Europa e América Latina. Conforme disponibilizado na Tabela 1, é possível perceber que muitos fundos que são administrados pela ICC também são a base de financiamento de muitos projetos da BRI e acordos de cooperação bilaterais circunscritos, ou não, na iniciativa.

Tabela 1 - Fundos administrados pela ICC

Fundo	(US\$)
Silk Road Fund –SRF–	10-40 bilhões
China ASEAN Investment Cooperation Fund - CAF	1-5 bilhões
China-LAC Industrial Cooperation Investment Fund (Clafund)	30 bilhões
China-LAC Cooperation Fund (CLAC)	10 bilhões
Special Loan Program for China-Latin America Infrastructure Projects	20 bilhões
China-Arab Investment Fund	10 bilhões
China-Eurasia Economic Cooperation Fund	27 milhões
China Kazakhstan Production Capacity Cooperation Fund	2 bilhões
Sino-Russian Agro-Industrial Development Fund	100 milhões
China Africa Development Fund	1-5 bilhões

As duas grandes estratégias da projeção chinesa em outros mercados andam juntas. Ao se destrinchar os principais projetos financiados pelos fundos da ICC, nota-se que boa parte faz parte da BRI, com exceção das iniciativas na América Latina. São projetos que atendem ao propósito da “exportação” do modelo de desenvolvimento econômico keynesiano de realocação de capacidades industriais, ao mesmo tempo em que atendem a interesses geopolíticos da China como segurança de rotas marítimas, segurança energética e recursos minerais estratégicos para o desenvolvimento chinês. Na tabela 2, vê-se os setores estratégicos dos principais acordos bilaterais inseridos na ICC e dentro do escopo da BRI.

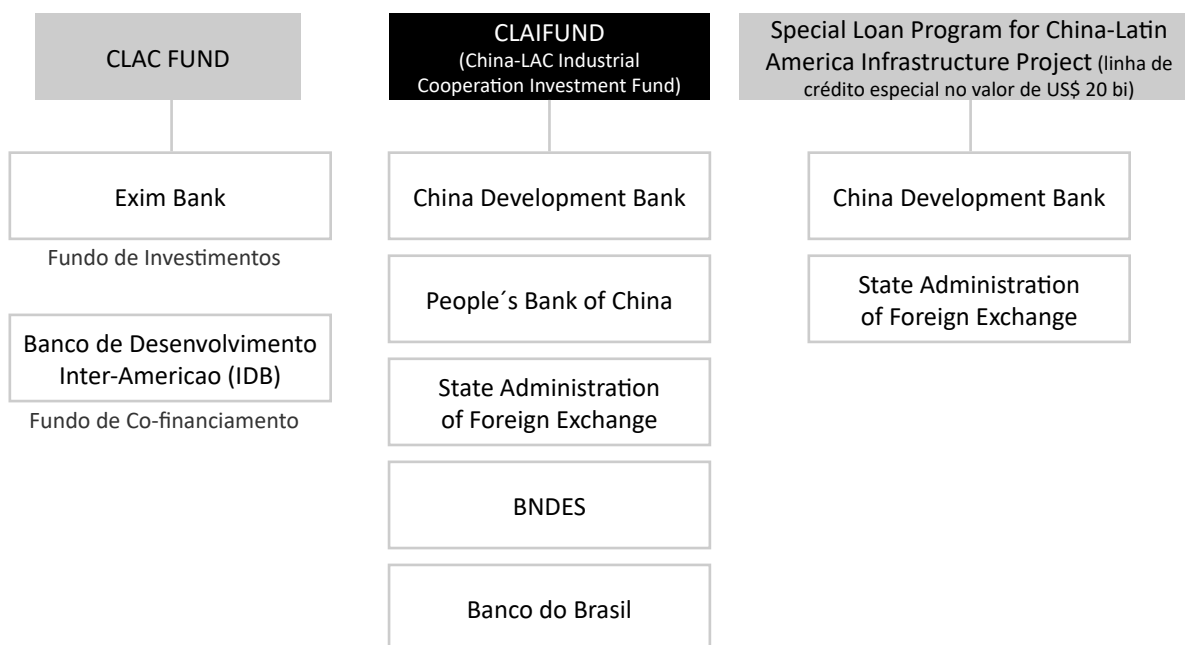
Do lado da BRI, o trabalho se dá em parceria com fundos oriundos dos países em questão e bancos de desenvolvimento. A maior parte dos acordos bilaterais inseridos na BRI se concentram em megaprojetos de infraestrutura terrestre e energética, como construção ou renovação de rodovias, ferrovias, portos marítimos, hidrelétricas, fazendas eólicas, solares e construção de complexos industriais em localizações estratégicas, como é o caso do Complexo Portuário de Gwadar no Paquistão. Estas iniciativas auxiliam no escoamento de capital e de mercadorias de empresas chinesas e asseguram linhas energéticas e alianças militares ou geopolíticas por onde passam. O caminho dos investimentos da BRI se insere dentro da diplomacia win-win promovida pela China de fortalecimento de laços comerciais, culturais e financeiros entre o Sul Global e acelera processos de interdependência econômica complexa nestes mercados, notadamente na África e ASEAN. A capilaridade da BRI é bastante grande, quando se adiciona a ela a Rota da Seda Econômica, Rota da Seda Marítima e a *Polar Silk Road*.

3. A cooperação de mercado de terceiros é um modelo de cooperação internacional relativamente novo que incentiva as corporações multinacionais ocidentais a participar dos projetos da BRI. 4. Exemplos dos tipos de projetos almejados ICC são o projeto ferroviário China-Cazaque na Ásia Central, o projeto de soja China-Rússia; o projeto ferroviário de alta velocidade China-Indonésia na ASEAN e projetos de cooperação de equipamentos de energia nuclear na França e no Reino Unido na Europa.

Um Olhar Sobre Os Fundos Chineses na América Latina

A China possui três grandes plataformas de financiamento na América Latina e Caribe: o *China-LAC Industrial Cooperation Investment Fund* (Claifund), *China-LAC Cooperation Fund* (CLAC) e o *Special Loan Program for China-Latin America Infrastructure*. Este último não divulga publicamente o destino dos financiamentos, apesar de continuamente ser listado como um fundo para região em documentos oficiais e sites de embaixadas chinesas na América Latina.

Fundos de Cooperação Multilateral da China para LATAM



Conforme disponibilizado no diagrama acima, boa parte dos atores que sustentam os fundos também atuam em outros projetos da iniciativa BRI, como o Exim Bank, grande financiador de megaprojetos no continente africano; o China Development Bank e grandes bancos comerciais chineses.

Apesar da existência dos mecanismos de financiamento supracitados, e da importância da América Latina para segurança alimentar e energética da China, há poucos fundos bilaterais do país estabelecidos na região. Isto não significa que há poucos investimentos, interesses geopolíticos ou Acordos de Entendimento. Há relações comerciais bem consolidadas desde a década de 1980. Significa, contudo, que há pouca institucionalização. Boa parte dos empréstimos e financiamentos que se vê entre China- e os países latino-americanos parte dos bancos estatais e comerciais chineses mencionados anteriormente, em parceria com bancos multilaterais para o desenvolvimento regional.

É comum ver financiamentos na América Latina advindos da CLAC e Claifund⁵, linhas de empréstimo do Eximbank (principalmente) sem que para isso estejam engendrados em um acordo bilateral, como acontece com o Fundo Brasil-China, por exemplo.

O acordo de cooperação bilateral de maior notoriedade é o Fundo Brasil-China, de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva, financiado pelo China-LAC Industrial Cooperation Investment Fund – Claifund, inserido no ICC.

Deste modo, em termos da origem do financiamento da parte chinesa, ela segue o padrão de demais iniciativas vistas dentro do propósito da Opening Up Policy. Inclusive a forma como os projetos são analisados, com grupos técnicos e projetos enviados para os fundos.

Para fundos bilaterais ativos estabelecidos a partir de 2012, esta pesquisa encontrou apenas dois na América Latina - um no Brasil e outro no México. Para cada caso, averigua-se os setores privilegiados pelo fundo, mecanismo de aprovação de projetos, se há, ou não, consulta da sociedade civil e linhas de financiamento que alimentam estes fundos.

5. O Fundo Chinês para Investimento na América Latina (Clai-Fund) e a China Railway Engineering Group vai investir, construir e operar o Porto Sul e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol)

Fundo China-México

Com foco nos setores de infraestrutura e energia no México, o Fundo China México (CMF, em inglês) é um fundo de capital privado fixo lançado em 2014, com período de vigência de 12 anos e com possibilidade de extensão. O CMF foi criado para auxiliar na redução de gargalos de capitais de risco em áreas importantes do desenvolvimento econômico e social do país. Do lado mexicano, o CMF é financiado pelo FONADIN⁶, NAFIN e, da parte chinesa, pelo China Development Bank e China Investment Corporation, com participações de 8,3%, 8,3% e 83,4% respectivamente. O CMF é administrado pela IFC Asset Management Company LLC (AMC)⁷. A China detém a maior fatia de participação no fundo. Até o momento, 19,25% do valor inicial do fundo já foi desembolsado, concentrados em dois grandes projetos: o Red Compartida, expansão da cobertura de internet 4.5G no território nacional (92,4% da população) e a Citla Energy, projeto de 2016 no setor de extração e produção de petróleo e gás.

O governo mexicano estabelece os seguintes requisitos para que as empresas consigam apoio do fundo: i) os projetos precisam estar localizados no México; ii) as empresas devem atuar em pelo menos um dos setores chave (comunicação e transportes, hidrocarbonetos, turismo; iii) seguir as legislações e normativas ambientais e laborais aplicáveis; iv) averiguar fatores de risco associados aos projetos, bem como maneiras de mitigá-los; e v) atingir o retorno de capital estabelecido pelas políticas do fundo. Caso a empresa que vise apoio do fundo preencha os requisitos estipulados acima, o próximo passo é o envio da documentação necessária para as fases de análise, avaliação, *due diligence*, autorização e formalização do projeto, que então será avaliado por uma equipe do IFC e do AMC no México.

Segundo dados disponibilizados pela IFC⁸, os projetos administrados por ela devem fazer uma avaliação e gestão de riscos de impactos ambientais e sociais com participação comunitária efetiva. A IFC menciona a necessidade de criar um projeto para minimizar os danos ambientais nas regiões afetadas (emissão de gases, dejetos em rios, resíduos sólidos, possíveis derramamentos de óleo, como no caso do projeto da Citla Energy) e a busca por minimizar os impactos negativos potenciais nas comunidades afetadas, durante a existência das operações em sítio. Em consonância com as leis mexicanas relacionadas a projetos de petróleo e gás, a IFC deve cobrir as responsabilidades de reassentamento, reabilitação de pessoas afetadas pelo projeto e conservação da biodiversidade local como parte de sua política de Corporate Environment, Social, Health and Safety.

Ambos os projetos ainda estão em andamento. Apesar das diretrizes socioambientais que guiam os projetos da IFC e das leis ambientais mexicanas, há poucos indícios de que o projeto tenha feito um levantamento de campo detalhado⁹.

Fundo Brasil- China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva

O Fundo Brasil-China foi criado em 2017, com aporte inicial de 20 bilhões de dólares, dos quais 15 bilhões partiam do Claifund, e 5 bilhões da parte brasileira (BNDES, Caixa e, atualmente, Banco do Brasil). O Fundo se insere dentro de da política chinesa de ampliação de investimentos e expansão econômica, e entra no pacote dos Fundos criados dentro da Iniciativa de Cooperação Internacional de Capacidade Produtiva (ICC).

Os setores considerados prioritários para investimentos do fundo, são: logística e infraestrutura; energia e recursos minerais; tecnologia; agricultura, agronegócio e armazenagem agrícola e manufatura. Todos eles sendo estratégicos para as gigantes empresas chinesas que competem em mercados internacionais.

À época da sua criação o Fundo Brasil-China era o único bilateral, quer dizer que os dois países fariam aportes importantes para o fundo o que implicaria na teoria que todas as decisões de investimento seriam compartilhadas, diferencia fundamental com os outros fundos existentes. A aposta dos chineses era criar um ambiente de confiança que fosse além do financiamento de projetos.

Segundo Regimento interno¹⁰, os interessados em acessar os recursos deveriam se manifestar por meio de Cartas-Consulta à secretaria executiva. A proposta seria analisada pelo grupo de trabalho técnico, em caso de aprovação seria encaminhada aos “potenciais financiadores e outros investidores”. Este procedimento é padrão nos outros fundos de cooperação bilaterais que a China administra.

O Fundo se materializa como mais uma iniciativa chinesa para entrar no mercado brasileiro, usando os mesmos mecanismos de “cooperação” que usa em outras regiões. Neste sentido, o Fundo pode se configurar como uma porta institucionalmente construída para que uma série de empresas chinesas consiga se posicionar no mercado nacional.

6. Fundo Nacional de Infraestrutura do México. 7. Apesar de administrado pela AMC, solicitaram ajuda da Corporación Financiera Internacional (IFI, em inglês) para garantir maior transparência e independência nas operações do fundo. 9. Red Compartida – Procedimiento de Contratación, elaborado pela Secretaría de Comunicaciones y Transportes. Fonte: SCT. 10. <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/internacionais/arquivos/regimento-interno-portugues.pdf/view>

Apesar dos gargalos infraestruturais e energéticos que o Brasil apresenta e a oferta de financiamento da parte chinesa, nenhum projeto se realizou. Sabe-se que diversos projetos foram submetidos por meio de Cartas-consulta ao fundo¹¹, sendo, em sua maioria, empresas chinesas interessadas em investir no Brasil, mas nenhum se concretizou.

Questões ligadas à instabilidade política derivada das eleições para presidência em 2017 e deterioro das relações China-Brasil, junto com um alinhamento mais forte com os EUA têm sido os fatores que criaram incertezas com relação aos investimentos chineses. A retórica do presidente Jair Bolsonaro sobre a China travou o desembolso e funcionamento do fundo.

Dado que a arquitetura financeira do Claifund é semelhante a outras fontes de financiamento dentro da ICC e BRI, e que riscos políticos e ambientais perpassam muitos projetos da Opening Up Policy, sem que os mesmos sejam cancelados, trabalha-se com a hipótese de que em uma conjuntura mais favorável o Fundo Brasil-China possa ser retomado.

Conclusão

A proposição da China de criação de fundos bilaterais e multilaterais tem sido muito bem acolhida, a maioria dos países encontra neles uma solução para o déficit de financiamento. São mais de 17 fundos existentes em todos os continentes e com diversas modalidades. Para China são parte de sua política de abertura econômica, respaldando a estratégia going out e atendendo seus interesses geopolíticos e estratégicos.

Para saber mais

Xu Shaoshi, *BRI and International Cooperation in Industrial Capacity: Industrial Layout Study*, Routledge, 2020

China Going Global. China Policy, Beijing April 2017

State Council. China's International Development Cooperation in the New Era. 2021 <http://www.scio.gov.cn/m/zfbps/32832/Document/1696686/1696686.htm>

Kenderdine, T., & Ling, H. (2017). International Capacity Cooperation-Financing China's Export of Industrial Overcapacity. *Global Policy*, 9(1), 41–52.

Expediente

BPC Policy Brief V.10 N.1

Fevereiro - Março 2021

Rio de Janeiro. PUC. BRICS Policy Center

ISSN: 2318-1818

8p ; 29,7 cm

Coordenação e Texto Final

Maria Elena Rodriguez

Assistente de Pesquisa

Livia Costa

Apoio

Climate and Land Use Alliance - CLUA

<http://www.climateandlandusealliance.org/>

Mott Foundation

<https://www.mott.org/>

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor (a) (es) (as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

11. a linha de transmissão Belo Monte - Rio de Janeiro estava praticamente definida como desembolso inaugural. A intenção era usar recursos do fundo (...) para a compra de uma fatia acionária de até 40% do empreendimento controlado pela State Grid. <https://www.conversaafiada.com.br/economia/china-bloqueia-repasses-de-fundo-ao-brasil>

ANEXO I - FUNDOS CHINESES DE COOPERAÇÃO

Nome do Fundo	Local de destino	Valor destinado (mi de dólares)	Setores	Ano de criação	Stakeholders
China-Africa Development Fund (CADFund)	África	\$10,000.00	Agricultura, indústria, infraestrutura, energia, saneamento básico, recursos naturais	2007	China Development Bank (CDB)
China-ASEAN Investment Cooperation Fund	Sudeste Asiático	\$10,000.00	Infraestrutura, energia, recursos naturais, telecomunicações, transporte	2010	China Investment Corporation, Export-Import Bank of China ("EXIM Bank"), among other institutional investors, under the direction of the PRC State Council and approved by the National Development and Reform Commission ("NDRC").
Russia-China Investment Fund	Rússia	\$5,000.00	Infraestrutura rodoviária, portuária, mineração, agricultura, fusões e aquisições	2012	Russian Direct Investment Fund e China Investment Corporation
China-Portuguese Speaking Countries Cooperation and Development Fund	China (incluindo Macau), Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Timor Leste.	\$1,000.00	Agricultura, indústria, infraestrutura, finanças	2013	China Development Bank, and Industrial and Commercial Development Fund of Macao, managed by CADFund
China-Central and Eastern Europe Investment Cooperation Fund	Europa Central e Oriental	\$1,000.00	Finanças, comércio bilateral, energia, educação, indústria	2013	The Export-Import Bank of China, Hungarian Export-Import Bank, CEE-Equity Partners Ltd.
The Silk Road Fund(SRF)	63 países	\$40,000.00	Infraestrutura, Energia, Recursos naturais, Indústria, Finanças	2014	State Administration of Foreign Exchange, China Investment Corporation, Export-Import Bank of China e China Development Bank.
China-Eurasian Economic Cooperation Fund (CEF)	Membros, observadores e parceiros de diálogo da Organização para Cooperação de Xangai	\$5,000.00	Energia, recursos naturais, indústria, agricultura, logística, infraestrutura, tecnologia da informação.	2014	Bank of China and the Eximbank of China. CEF's
China-LAC Industrial Cooperation Investment Fund (CLAI Fund)	América Latina e Caribe	\$20,000.00	Energia, mineração, infraestrutura, agricultura, indústria, tecnologia, cooperação financeira.	2015	People's Bank of China, SAFE and China Development Bank
China-Africa Production Capacity Cooperation Fund	África	\$10,000.00	Indústria, tecnologia, agricultura, energia, mineração, infraestrutura, finanças	2015	Beijing's China Foreign Exchange Reserves in association with the Export-Import Bank of China
China UAE Investment Cooperation Fund LP	Emirados Árabes Unidos, China	\$10,000.00	Energia, infraestrutura, indústria	2015	CDB (CDBC), China's State Administration of Foreign Exchange, and Mubadala Investment Company.
China-Kazakhstan Production Capacity Cooperation Fund	Cazaquistão	\$7,700.00	Indústria, Logística, Mineração, Saúde, Educação, Agricultura, Infraestrutura, Tecnologia da Informação	2015	Silk Road Fund
China-LAC Cooperation Fund (CLAC Fund)	América Latina e Caribe	\$10,000.00	Energia, recursos naturais, infraestrutura, agricultura, indústria, tecnologia	2016	China Eximbank and State Administration of Foreign Exchange (SAFE)
Fundo Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva	Brasil	\$20,000.00	Energia, infraestrutura, finanças, logística, agroindústria	2017	BNDES, Claifund
France-China Cooperation Fund	França	\$475.00	Saúde, proteção ambiental, serviços	2019	China Investment Corporation (CIC), Fundo Eurazeo de Francia e BNP Paribas (BNP Paribas).
China-Italy Industrial Cooperation Fund (CIICF)	Itália	\$700.00	Energia, finanças, agricultura, infraestrutura portuária, rodoviária	2020	Investindustrial e China Investment Corporation (CIC).